

## **HISTÓRIA DAS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM DOCUMENTOS CURRICULARES CATARINENSES: PRESCRIÇÕES, INTERDIÇÕES E POSSIBILIDADES (1996-2020)<sup>1</sup>**

Carolina Malossi<sup>2</sup>, Nucia Alexandra Silva de Oliveira<sup>3</sup>, Amanda Alves Warnke<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “História das mulheres, relações de gênero e ensino de História: documentos, processos e possibilidades (1996-2020)”

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História (Licenciatura) – FAED – Bolsista PROBIC/UDESC

<sup>3</sup> Orientadora, Departamento de História. – FAED – nucia.oliveira@udesc.gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de História (Licenciatura) – FAED

O objetivo deste texto é apresentar os resultados do trabalho desenvolvido no projeto “História das mulheres, relações de gênero e ensino de História: documentos, processos e possibilidades (1996-2020)”, desenvolvido por pesquisadoras do Laboratório de Ensino de História no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. O referido projeto busca investigar aspectos relativos as temáticas da história das mulheres e dos estudos de gênero em diferentes processos e movimentos relacionados ao ensino de História no estado de Santa Catarina – ou seja, identificar e analisar como o tema das relações de gênero é incluído e vivenciado em um contexto escolar. Para cumprir este propósito, o projeto tem desenvolvido diferentes atividades investigativas, bem como tem a intenção de promover outras na sequência do estudo. Neste resumo em específico serão apresentadas as atividades desenvolvidas no meu plano de trabalho como bolsista de Iniciação Científica e que se deram a partir da leitura e da análise de documentos curriculares do estado.

As atividades planejadas no plano de trabalho trouxeram como objetivo a pesquisa documental nos documentos curriculares catarinenses referentes a Educação Básica, a saber: as duas Propostas Curriculares, redigidas em 1998 e 2014, e os Currículos Base do Território Catarinense, de 2019 e 2020. Assim, a organização metodologia se deu pela leitura, fichamento e análise desses textos no sentido de observar e categorizar os modos pelos quais as temáticas das relações de gênero e História das mulheres aparecem (ou são silenciadas) nos referidos textos como conteúdos a serem abordados no Ensino de História e/ou como são mencionados como pressupostos educacionais. Em conjunto a essas atividades também é importante destacar que o trabalho de pesquisa contou com um cronograma de leituras sobre a História das mulheres e gênero como categorias históricas. Essas leituras têm permitido compreender o movimento de inserção das mesmas nos trabalhos acadêmicos e ainda, para estabelecer as conexões sobre os movimentos de inserção ou silenciamento dentro dos currículos escolares. A seguir, são apresentadas algumas considerações sobre os documentos analisados e as análises feitas sobre os mesmos.

A Proposta Curricular de 1998 tenta abraçar as diversidades e estabelecer a multiplicidade do sujeito histórico como conceito chave para a educação. Entendemos que esse movimento se dá em diálogo com o contexto das décadas de 1980 e 1990, especialmente devido à redemocratização do país e porque tal perspectiva estavam inseridas nos debates historiográficos. No que se refere aos estudos sobre a história das mulheres e as relações de gênero, a propósito, cabe lembrar que a inserção das temáticas em estudos historiográficos no Brasil data dos anos de 1990. Porém o documento citado persiste no uso de uma linguagem única, hegemônica e excludente (visto que parte da ideia do homem como sujeito universal) e assim apaga e ignora o tema da História das

mulheres e também as relações de gênero. Ou seja, não há muitos avanços na ordem da narrativa. Porém, também pode-se considerar que esta proposta criou as bases para que futuros documentos pudessem expandir sobre tal conceito e adotar a diversidade como um princípio formativo, como é o caso da Proposta Curricular de 2014.

Na Proposta de 2014, a diversidade está incluída como princípio formativo, e dá importância à ideia de uma educação multicultural que permitiria compreender como são construídas as identidades e as diferenças e como essa construção lhes atribui valores que as hierarquizam. Além disso, ressalta a importância da Educação para as Relações de Gênero, destacando a contribuição dos estudos feministas dos anos 1980 e a utilização do “gênero” como categoria; também reconhece esta categoria identitária como algo distinto do sexo biológico e enfatiza a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. No Currículo Base do Território Catarinense, criado a partir da demanda da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que passou a ser um documento curricular balizador da Educação Básica, as temáticas da história das mulheres e especialmente a questão de gênero foram silenciadas. Cabe lembrar que esses documentos foram publicados em 2019 e 2020, anos em que a presença das questões de gênero em escolas se tornou o foco de debates acirrados a nível nacional – com um governo que criava alarmismo em cima da chamada “ideologia de gênero” – a temática acaba se mostrando menos presente nestes documentos, especialmente no Currículo da Educação Infantil e Ensino Fundamental, onde quase não aparece. As únicas referências neste Currículo são breves e isoladas; no sexto ano, por exemplo, o único objeto de conhecimento que se refere à temática pede uma descrição e análise do papel social das mulheres no mundo antigo e medieval – algo muito genérico.

As observações feitas até o momento têm mostrado que, nas décadas desde a redemocratização do país, houve uma evolução que pode ser vista como positivo, com a temática de gênero finalmente adentrando os documentos curriculares; mas, infelizmente, ainda há muito a ser feito, especialmente devido aos retrocessos políticos e sociais dos últimos anos, e lacunas e silenciamentos ainda estão presentes nestes documentos analisados.

É importante dizer que em 13 de outubro de 2021, foi aprovada a Lei 18.226, que tornou obrigatório o ensino de História das mulheres em Santa Catarina. Tal iniciativa buscou dar uma importante visibilidade ao tema, visto que o mesmo esteve esquecido e a margem da História e do Ensino de História. A investigação nos referidos documentos busca trazer essa historicidade e analisar como a presença dessas temáticas nos currículos têm evoluído nas últimas décadas, além de ainda apontar se o currículo em vigor no estado dá conta e abre espaço para a aplicação da referida lei.

**Palavras-chave:** História das Mulheres. Relações de gênero. Ensino de História.